



PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EJA: METODOLOGIAS QUE NEGAM AO ALUNO SEU DIREITO DE APRENDER

Fabricia Sales Araújo Vieira¹; Áurea da Silva Pereira²

¹ Doutoranda pelo Curso de Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Professora e Coordenadora Pedagógica da Rede Municipal de Salvador. Vinculada ao GPLIN – Grupo de Pesquisa Letramentos, identidades e narrativas / Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural – UNEB. fabriciasalesaraujovieira@gmail.com;

² Doutora pelo Curso de Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, professora Titular da Universidade do Estado da Bahia, no Departamento de Linguística, Literatura e Artes, Campus II. Professora do Colegiado de Letras, Língua Portuguesa e Literaturas da Língua Portuguesa. Vinculada ao GPLIN – Grupo de Pesquisa Letramentos, identidades e narrativas / Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural – UNEB. aureauneb@gmail.com

EIXO TEMÁTICO 3: CURRÍCULO E FORMAÇÃO DE PROFESSOR NA EJA

RESUMO

O presente texto, faz parte de uma pesquisa de doutoramento em andamento, que analisa práticas pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos – EJA que, ao não considerarem as especificidades dos alunos, podem negar seu direito de aprender. A EJA é destinada a sujeitos que não tiveram acesso à educação básica na idade adequada, enfrenta um cenário de dificuldades que incluem a falta de investimento e o sucateamento, fatores que contribuem para o fenômeno do abandono escolar. A crise educacional na EJA é evidenciada pelo esvaziamento progressivo na educação básica, diminuição de matrículas e fechamento de turmas, o que agrava as desigualdades. O estudo aponta a necessidade de reverter essa trajetória e resgatar a EJA como um direito humano. Sob uma perspectiva da crítica cultural, o texto aborda a influência da colonialidade do poder e do saber na educação brasileira, que se manifesta em um currículo eurocêntrico que neutraliza as formas de expressão e cultura dos não europeus. O estudo é realizado em uma escola periférica de Salvador durante o ano letivo corrente, focando nos anos iniciais da EJA. O recorte apresentado foca em uma turma de TAP II com idosos e dificuldades de aprendizagem. A observação de uma professora P1 (regente) revela uma prática com foco na cópia do quadro e questões descontextualizadas, sem planejamento que atenda às especificidades dos alunos, resultando em pouca contribuição para a aprendizagem. Conclui-se que o educador da EJA precisa estar preparado, humanamente e pedagogicamente, para elaborar estratégias que considerem as experiências, vivências e características culturais dos educandos. As metodologias não devem ser infantilizadas, mas sim voltadas para as especificidades, de forma integrada e contextualizada, em um processo dialógico e democrático que busque o exercício da autonomia e cumpra a função social da EJA, libertando o educando da condição de oprimido.

1. INTRODUÇÃO

Muitos são os embates, as adversidades, os problemas enfrentados pela Educação Brasileira, se formos enumerá-los aqui será uma lista extensa, que parte da falta de investimento, alicerce que implica na pesquisa; na oferta; na formação dos sujeitos envolvidos sejam eles educadores, educandos, gestão administrativa e/ou pedagógica, e outros parceiros que também fazem parte do universo educacional; sem falar no material físico mínimo e na manutenção destes e das escolas. Mesmo que esse investimento mínimo aconteça, temos de acreditar no bom senso e competência das pessoas que estão



à frente das pastas educacionais para que essas necessidades aconteçam e cheguem até o chão das escolas.

Contudo, a realidade da maioria das escolas não é essa, às que aparecem nas propagandas da televisão, não chegam à porcentagem mínima do que é direito e está previsto nos documentos e leis. Nos bairros periféricos, a realidade é bem diferente do que aparece na mídia. Se a realidade da Educação comumente é difícil, quando falamos da EJA, ela se torna decadente a cada ano letivo que chega, indo de encontro ao que é previsto nas leis, seus artigos, documentos e regimentos. A EJA é uma modalidade de ensino pensada para atender aos sujeitos que por algum motivo não tiveram oportunidade de frequentar a educação básica na idade considerada adequada e permite que o direito à educação de qualidade seja ofertado para todos. Entretanto, muitos são os contratempos, adversidades, desafios enfrentados para garantir que a EJA ofereça uma educação de qualidade.

Se formos seguir a linha de pensar historicamente, somos um país que amarga ainda nos dias atuais às consequências do colonizador que impôs sua cultura, suas tradições, seus costumes, suas leis. E ao longo do tempo dizimou culturas, catequizou povos, traficou outros e impôs sua vontade travando guerras, lutas e batalhas, pois, não é possível se pensar em colonialismo sem dominação e exploração (BALLESTRIN, 2013).

Agora de forma abrupta, remetemos nosso pensamento à modernidade e a relação de poder e dominação que essa colonialidade do poder, do saber causa à nossa educação quando através dela o colonizador exerce seu poder subalternizando os que não são europeus, reprimindo e inviabilizando os seus modos e formas de conhecimento.

Segundo Mignolo, 2017 a colonialidade é constitutiva da modernidade, pois sobrevive a descolonização mesmo após o fim do colonialismo moderno (MIGNOLO, 2005). Mignolo supõe que: “A ‘modernidade’ é uma narrativa complexa, cujo ponto de origem foi a Europa, uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a ‘colonialidade’.” (p.2)”

É por obra da colonialidade que o imaginário construído presume que apenas a Europa pode produzir conhecimento em caráter universal, oficial e científico no qual há assertividade, objetividade. Perante o exposto, Mignolo conclui que, mesmo com o término do colonialismo, a colonialidade não foi extinta e continua até hoje exercendo o seu poder de opressão e dominação, sejam nos aspectos subjetivos, no imaginário ou no modelo eurocêntrico (MIGNOLO, 2017). Deste modo, na forma de colonialidade, a opressão chega às raízes mais profundas de um povo e mantém-se viva mesmo após a descolonização.

Logo, é possível compreender que este processo se configura num processo de soberania entre a Europa e o outro não europeu, no qual o colonizado torna-se subalternizado e tem sua cultura expropriada e é obrigado a aprender, a letrar-se na cultura dos dominadores. Então desde a invasão de 1500, nossa cultura, educação, modos de vida, culinária, sofrem a influência do colonizador. Desse modo nossas batalhas ainda são travadas hoje no processo de descolonização e dentro dos espaços educativos, sejam eles, universidades ou escolas de todos os níveis e/ou modalidades de ensino que têm como referência de organização de sua aprendizagem um currículo eurocêntrico que neutraliza suas formas de expressão, pensamento e cultura.

2. O CENÁRIO DA EJA NOS ÚLTIMOS ANOS

Nos últimos anos, quem está inserido na EJA vivencia o sucateamento da modalidade de ensino, a queda nos investimentos, juntamente com o desinteresse dos representantes reflete como um efeito dominó nas escolas públicas que ofertam a modalidade e que são



fechadas em maior número a cada ano. Diante disso, vários alunos permanecem fora das escolas, por causa da distância, da violência, da rivalidade entre bairros, causando um dos fenômenos mais temidos da EJA, o abandono, pois, diante desses fatores externos, fica mais difícil para o professor manter esse aluno dentro da escola. Pois, além do que exige o perfil habitual de um educador, o perfil do profissional que atua no turno noturno deve contemplar ainda muita sensibilidade, além da competência, jogo de cintura e por fim uma relação de respeito, compreensão e conquista com os educandos da EJA.

Diante de todos esses fatores que permeiam a EJA, podemos dizer que há uma crise educacional instalada na modalidade, diante disso um pedido feito pelo Movimento Pela Base¹ que solicitou a elaboração um dossiê “Em busca de saídas para a crise das políticas públicas de EJA”, que foi organizado pelo Cenpec² em parceria com a Ação Educativa³ e o Instituto Paulo Freire⁴.

O material traz uma análise do atendimento ofertado para o público da EJA, como um histórico da modalidade de ensino desde 1940 até os dias atuais, mostrando os avanços e recuos em investimentos que a EJA vem sofrendo nas últimas décadas com recomendações para estimular e auxiliar debates com pessoas e órgãos interessados em discutir caminhos de políticas públicas.

A governança democrática é a forma mais correta de cessar o desmonte das políticas de EJA. De acordo a pesquisa realizada pelo documento, foi constatado um esvaziamento progressivo da EJA na educação básica, consequentemente o fechamento de escolas, de turmas e a diminuição de matrículas, sendo oferecido a esse público como alternativa as certificações através de exames, porém, para os candidatos oriundos da EJA, as opções de preparação são escassas e inapropriadas, visto que boa parte desses sujeitos tem limitações com as TICs (Tecnologias da Informação e da Comunicação) e não dispõem da autodidaxia.

O Art. 37 da LDB pressupõe que “a educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento”; portanto, se realmente ocorresse o que está previsto em lei, a EJA disporia de muito mais jovens e adultos dentro das escolas. Os sujeitos que compõem a essa modalidade de ensino, quer e precisa trabalhar, contudo, faltam-lhes qualificação, incentivo, programas direcionados e principalmente oportunidade de concluir a Educação Básica e como prever a educação freiriana a conscientização de inicialmente superar o analfabetismo político e concomitantemente ler o seu mundo a partir da sua experiência, de sua cultura, de sua história.

Esse esvaziamento consequentemente acirra as desigualdades dentro do sistema educativo brasileiro. É imprescindível converter essa trajetória, e resgatar as pessoas, jovens, adultos, idosos, que fazem parte da EJA como um direito humano, de responsabilidade pública como assegura as leis nacionais e os compromissos internacionais. Ainda segundo a pesquisa realizada, foi constatado que a EJA adquire na conjuntura vigente uma nova função social, oferecendo o acesso ao sistema educativo e

¹ Rede não governamental e apartidária de pessoas e instituições que, desde 2013, se dedica a apoiar e monitorar a construção da implementação de qualidade da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e do Novo Ensino Médio.

² O Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC) é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, criada em 1987. Tem como objetivo o desenvolvimento de ações voltadas à melhoria da qualidade da educação pública e à participação no aprimoramento da política social.

³ Fundada em 1994, a Ação Educativa é uma associação civil sem fins lucrativos que atua nos campos da educação, da cultura e da juventude, na perspectiva dos direitos humanos.

⁴ O Instituto de Educação e Direitos Humanos Paulo Freire é uma associação civil, sem fins lucrativos, fundada em setembro de 2001 em São Paulo - Brasil, que tem por finalidade a promoção da educação e dos direitos humanos.



o resgate da aprendizagem para muitos sujeitos que tiveram de abandoná-lo ou não alcançaram as aprendizagens necessárias durante a pandemia da Covid-19 (infecção respiratória aguda causada pela corona vírus).

A pesquisa salienta que tamanhos desafios como esses exigem o restabelecimento dos espaços de diálogo e negociação intergovernamental, com o envolvimento da sociedade civil, e a reativação a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA), visando a elaboração de uma política nacional de educação e aprendizagem ao longo da vida que, no âmbito da alfabetização e educação escolar de jovens e adultos, considerando sua história, significância e especificidades.

3. A ENSINANÇA NA EJA: AS PRÁTICAS NO CHÃO DA ESCOLA?

Está na Educação de Jovens e adultos é desafiador, mesmo muitos acreditando que seja fácil, que há mais trabalho para o professor ou o coordenador que atua com as turmas do diurno, a verdade é que na conjuntura atual que a modalidade enfrenta, precisamos cada vez mais travar batalhas dentro e fora das instituições, para que a EJA continue existindo. Porém, vivenciar o chão da escola com a EJA é muito prazeroso, presenciar os avanços dos educandos é satisfatório, vê o esforço dos que conseguem concluir é emocionante, as trocas que acontecem, escutar as narrativas e o aprendizado conquistado é enriquecedor. Contudo, o processo de cada ano letivo dentro da escola não é fácil, são fatores internos, externos e históricos que inferem na escola, na sala de aula, na prática pedagógica do professor e consequentemente na aprendizagem dos sujeitos.

As impressões que seguirão neste tópico, referem-se aos dados que compõem a minha pesquisa de doutorado em andamento, observados em parte do período letivo do ano de 2022. A unidade escolar na época tinha uma situação particular, logo após o retorno pós-pandêmico, depois de alguns meses da retomada das aulas presenciais a gestão foi surpreendida com uma reforma repentina e conveniente para o poder público, a reforma não foi planejada, nem acordada com a escola, pois, se ocorresse em acordo com a comunidade escolar, esta buscaria formas menos prejudiciais à aprendizagem dos alunos do que a suspensão imediata das atividades antes do encerramento do ano letivo de 2021. A previsão de duração inicial da obra era de três meses e acabou durando mais que seis, durante esse período todos os esforços foram feitos pela comunidade escolar, numa tentativa de manter os alunos próximos à escola, já que voltamos de uma pandemia e posteriormente depois de alguns meses às atividades são interrompidas por uma reforma. Nossas atividades pedagógicas aconteciam de forma remota e organizamos encontros on-line com nossos alunos e atividades impressas semanalmente eram entregues para os alunos na escola até a retomada das atividades presenciais. O ano letivo de 2022 foi iniciado presencialmente apenas no mês de junho, o que para a EJA é um fator implicante de desistência dos alunos, pois, muitos não participavam do que era oferecido pela escola no momento, não participavam online por inúmeras particularidades, não retiravam as atividades impressas na escola por que existe a dificuldade de executá-las sem apoio do professor, e por fim quando ocorreu a retomada das aulas, o que tínhamos aconteceu, poucos retornaram à escola.

A escola está situada em um bairro periférico de Salvador e oferta a EJA I (anos iniciais) e a EJA II (anos finais), as observações que trarei são referentes aos anos iniciais. Nesse caso há a necessidade de situar como está formatada a EJA no município. Após a Resolução de 2013 que versa sobre o ensino da EJA em seu artigo 6º. A nomenclatura utilizada é TAP – Tempo de Aprendizagem, temos então para o Ensino Fundamental I: TAP I; TAP II e TAP III compondo o primeiro ciclo. Para o Ensino Fundamental II: TAP IV e TAP V, finalizando o ciclo de Ensino Fundamental.



Sou pesquisadora da EJA a partir do meu ingresso no mestrado em 2018, atualmente no doutorado sigo com foco nas práticas metodológicas que vem sendo desenvolvidas nas salas da EJA e como todos os sujeitos podem ser colaborativos nesse cenário pedagógico contribuindo de forma ativa no planejamento e desenvolvimento das práticas metodológicas.

Para essas três turmas de EJA, temos quatro educadores, três P1(primeiro pedagogo) o regente da turma e um P2 (segundo pedagogo) este profissional circula nas três turmas e em acordo com a escola ministra parte da grade curricular no dia em que o P1 está em reserva externa (fora da escola, ou em formação). Os perfis dos educadores são diversificados, assim como suas práticas e escolhas metodológicas. Aqui trarei um recorte de uma das turmas que observei inicialmente. A turma de TAP II tem 10 alunos com frequência regular, então as vezes que fui à sala eles estavam presentes, são idosos e com bastante dificuldade de aprendizagem, apenas um deles é alfabetizado. A professora tem uma ótima relação com os alunos, conversa bastante com eles e em sequência inicia suas atividades, o quadro geralmente já está pronto, ela explica e solicita que os alunos copiem a atividade e respondam.

Para os alunos com dificuldade de leitura e escrita, copiar o quadro pode levar todo o tempo pedagógico da aula e corre o risco de a atividade não ser concluída. O que podemos observar na prática desse educador, é que ela pouco contribui para a aprendizagem dos educandos, não há um planejamento que atenda as especificidades dos alunos, pude notar pelo menos dois níveis de escrita onde às mesmas atividades são realizadas, os recursos didáticos como o alfabeto móvel que poderiam auxiliar na aquisição da base alfabética não são utilizados, as palavras e questões eram descontextualizadas e soltas, poderiam ser mais contributivas para o alunos se partissem da sua realidade, por fim, a aula transcorre boa parte do tempo com os alunos copiando, quem consegue terminar a atividade a tempo leva o caderno para correção, depois correção no quadro, mais cópia das respostas e a aula termina.

Nesse tipo de abordagem, não há participação do aluno na proposta que é elaborada para ele, mesmo a professora sendo próxima aos alunos, a dinâmica do diálogo não é produtiva para sua prática nem para a aprendizagem dos alunos, ela precisa ser dialógica e os alunos colaboradores. Podemos observar no trecho a seguir da obra de Cruz (2012), que trata do processo literário nas salas de EJA. Ela nos diz:

Durante o período que convivi diretamente com os atores sociais implicados nestas vivências, pude observar in loco que muitas vezes e por razões diversas, a docente desconsiderava as ambiguidades de sentidos que emanavam do texto e se prendia às amarras do sistema escolar, deixando o aspecto lúdico obliterado pelo caráter didático. Creio que quando isso ocorre, a escola perde a oportunidade de ser um espaço privilegiado para o desenvolvimento da leitura. E se a escola perde essa oportunidade é porque não tomou consciência do contexto sócio-histórico que estamos vivendo hoje no século XXI. O jovem e/ou adulto que se encontra na escola noturna hoje, não pode ser encarado como um sujeito ingênuo, indefeso ou totalmente dependente. (CRUZ, 2012, p.209).

Nesse viés, as práticas metodológicas do professor da EJA devem ocorrer de forma integrada, pois, os conteúdos das disciplinas devem ser contextualizados de forma interdisciplinar, propiciando uma aprendizagem ativa e repleta de significados e significâncias. Pois, todo o processo de ensino para jovens e adultos deve ser feito através de princípios democráticos, que busquem o exercício da autonomia, cidadania coletiva e dinâmica.

4. CONCLUSÃO

Não podemos perder de vista que a formação do educador está atrelada a sala de aula, ao ambiente de ensino, dessa forma todas as relações sociais que ocorrem nesses ambientes



faz parte do processo de formação desses sujeitos e principalmente da formação contínua dos educadores. Faz-se necessário enfatizar que para atuar na EJA, as práticas precisam ser voltadas para as especificidades, estas não podem ser fundamentadas somente na idade dos educandos, mas, também em suas experiências e vivências, em suas características culturais. Essas metodologias não devem ser infantilizadas, precisam ser diferentes das utilizadas para os educandos do ensino regular. Não podemos continuar negando para esses educandos oriundos de uma sociedade opressora, os direitos que lhes foram negados durante toda uma história de lutas, opressão, imposições, exclusões, vitórias, entraves, avanços e retrocessos. Libertar o educando dessa condição, é a premissa que Freire defende:

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade referida. (Freire. 2013, p. 31)

Para isso, o educador precisa estar preparado humanamente e para além do campo teórico, ele precisa estar preparado pedagogicamente, para elaborar boas estratégias intervencionistas, junto às disparidades encontradas nas suas turmas da EJA. Tal reflexão deve se estabelecer sobre uma prática individual e coletiva, buscando-se interferências e modificações precisas no que se refere à realidade desses sujeitos, que estão ou buscam estar inseridos no mercado de trabalho, que almejam um “lugar” respeitado e reconhecido na sociedade, cumprindo assim a função social da EJA.

Palavras-chave: Práticas pedagógicas na EJA; Colonialidade; Direito de aprender; Metodologias.

REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, n.11, p.89-117, mai./ago. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/?lang=pt>. Acesso em: 18 abr. 2025.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei nº 9.394/96). Brasília, 20 de dezembro de 1996.

CRUZ, Maria de Fátima Berenice da Leitura literária na escola: desafios e perspectivas em um leitor / Maria de Fátima Berenice da Cruz. – Salvador: EDUNEB, 2012. 228p. Em busca de saídas para a crise das políticas públicas de EJA.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Ed.17ª. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MIGNOLO, W. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.32, n.94, p.1-18, jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 mai. 2025.